



Luta Sindical Diária



Informativo do SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO E MOGI DAS CRUZES

WWW.METALURGICOS.ORG.BR

20 DE JUNHO 2018 - Nº 521

Acesse e curta

f /MiguelTorresFS



CENTRAIS ENTREGAM AGENDA PRIORITÁRIA DOS TRABALHADORES AO CONGRESSO NACIONAL

Eunício defende sistema de custeio sindical

As Centrais Força Sindical, CUT, AUGC, CTB, NCST, CSB e Inter-sindical fizeram, nesta quarta (20), em Brasília, o lançamento político da Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora e entregaram o documento aos presidentes do Senado, Eunício Oliveira, e da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia.

A Agenda tem 22 propostas para o redirecionamento do País no rumo do crescimento, com ênfase na geração de emprego, na defesa de direitos, revisão da lei (reforma) trabalhista, definição da contribuição sindical, reforma tributária, correção da tabela do Leão, entre outros itens.

As Centrais consideram que as saídas para a crise serão tomadas no campo da política, com luta e diálogo amplo com o movimento sindical e a sociedade.

O presidente da Força Sindical, **Miguel Torres**, também presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes e da CNTM, destacou a importância da unidade das centrais na defesa e encaminhamento da Agenda. “É com unidade que vamos avançar nesta luta pelo Brasil”, afirmou.

CUSTEIO SINDICAL

Segundo Sérgio Leite, presidente da Fequimfar e vice da Força, o pre-



sidente do Senado foi receptivo. “Ele disse que o diálogo com os trabalhadores é importante, lamentou a falta de tramitação da medida provisória que corrigia pontos da reforma trabalhista, defendeu o sistema de custeio sindical e que está à disposição das Centrais para dialogar”.

Os dirigentes defenderam medidas emergenciais para diminuir o desemprego, como o aumento das parcelas do seguro-desemprego e a criação de frentes de trabalho.

Representando a Força estavam também Eunice Cabral, presidente do Sindicato das Costureiras, e João Carlos Gonçalves, Juruna, secretário-geral da Força, bem como os deputados federais Paulinho da Força, Mafra e Beбето.

O documento foi elaborado com

apoio do Dieese e aprovado numa plenária das Centrais no dia 6 de junho, em São Paulo.

A agenda também pede a revogação da Emenda do teto de gastos, a implantação da jornada de trabalho de 40h semanais, incentivo às negociações coletivas, combate ao desemprego e a regulamentação da contribuição assistencial, entre outros pontos.

Veja as propostas na Pág 2



LEMBRETE

28 de Junho

Supremo julgará Adin que questiona o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical.



REIVINDICAÇÕES DA AGENDA

1 Criar políticas, programas e ações imediatas para enfrentar o desemprego e o subemprego crescentes, que já atingem 28 milhões de trabalhadores: a. Criar frentes de trabalho como medida emergencial, com atenção especial para os jovens; b. Retomar as obras de infraestrutura; c. Políticas de amparo aos desempregados: aumento das parcelas do seguro-desemprego, vale-transporte para o desempregado, vale-gás e subsídio de energia elétrica, entre outros.

2 Democratizar o sistema de relações de trabalho, fundado na autonomia sindical, visando incentivar as negociações coletivas, promover solução ágil dos conflitos, garantir os direitos trabalhistas, o direito à greve e coibir as práticas antissindiais; favorecendo a reestruturação da organização sindical para ampliar a representatividade e a organização em todos os níveis, estimulando a cooperação sindical entre os trabalhadores, inclusive com o financiamento solidário democraticamente definido em assembleia.

3 Regular o direito de negociação coletiva para os servidores públicos, em todas as esferas de governo, segundo os princípios da Convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

4 Renovar, para o próximo quadriênio (2020 a 2023), a política de valorização do salário mínimo.

5 Definir a jornada de trabalho em 40 horas semanais.

6 Revogar todos os aspectos negativos apontados pelos trabalhadores da Lei 13.467 (Reforma Trabalhista) e da Lei 13.429 (Terceirização), que precarizam os contratos e condições de trabalho, na perspectiva da construção de

um novo estatuto, com valorização do trabalho.

7 Combater a informalidade, a rotatividade, o trabalho análogo ao escravo e eliminar o trabalho infantil, no campo e na cidade.

8 Regular o inciso 27º do artigo 7º da Constituição, que garante proteção trabalhista para os impactos das transformações tecnológicas e econômicas.

9 Assegurar o direito e o acesso ao Sistema Público de Seguridade e Previdência Social, promovendo a universalização; garantir, diante das mudanças no mundo de trabalho e da transição demográfica, a sustentabilidade financeira do Sistema, com permanente participação social na gestão.

10 Revogar a Emenda Constitucional 95/2016, que congela os gastos públicos por 20 anos, e criar uma norma coerente com o papel do Estado no desenvolvimento do País, cuja elaboração inclua participação social, que integre também a avaliação permanente da regra orçamentária.

11 Promover reforma tributária orientada pela progressividade dos impostos, revisão dos impostos de consumo e aumento dos impostos sobre renda e patrimônio (tributação sobre herança e riqueza, lucros e dividendos), visando à simplificação, à transparência e ao combate à sonegação.

12 Reestruturar, fortalecer e ampliar a capilaridade do Sistema Público de Emprego voltado para a proteção do emprego e o combate à demissão imotivada; articulando e ampliando a proteção aos desempregados, os programas de formação profissional, a intermediação de mão de obra e o microcrédito produtivo; recuperando

**AGENDA PRIORITÁRIA
DA CLASSE
TRABALHADORA**

DEMOCRACIA, SOBERANIA E DESENVOLVIMENTO
COM JUSTIÇA SOCIAL: TRABALHO E EMPREGO
NO BRASIL



a capacidade de financiamento do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador; investindo na efetividade dos conselhos em todos os níveis.

13 Universalizar o acesso à educação de qualidade em todos os níveis, orientada pelos princípios da liberdade, da cidadania e para o aprendizado e o conhecimento, em um mundo em mudança; rever e reorganizar o ensino médio e profissionalizante, com políticas voltadas ao ingresso do jovem no mercado de trabalho.

14 Fortalecer o Sistema Único de Saúde, com integralidade e universalidade, ampliando a oferta de serviços e garantindo o financiamento público; promover a política de saúde do trabalhador e de segurança no trabalho.

15 Promover e articular uma política de desenvolvimento produtivo ambientalmente sustentável, orientada para o readensamento das cadeias produtivas, com enfoque estratégico para a indústria, as empresas nacionais, a presença no território nacional, a diversidade regional, a geração de emprego de qualidade e com relações de trabalho democráticas.

16 Fortalecer a engenharia nacional e reorganizar o setor da construção para dinamizar e materializar os investimentos estratégicos em infraestrutura econômica, social, urbana e rural.

17 Garantir às micro, pequenas, médias empresas e à economia solidária e popular acesso ao sistema de inovação tecnológica, favorecer a integração aos mercados internos e externos, fornecer assistência para a gestão e promover acesso ao crédito.

18 Fortalecer o papel estratégico das empresas públicas (sistema da Eletrobras, Petrobras, bancos públicos, entre outros) para a promoção e sustentação do desenvolvimento econômico e social.

19 Investir e ampliar o sistema de ciência, tecnologia e inovação, em articulação com a estratégia de investimento público e privado em infraestrutura produtiva, social, urbana e rural.

20 Fortalecer e ampliar as políticas sociais de combate à pobreza, miséria e redução da desigualdade social e de renda.

21 Fortalecer as políticas voltadas para a Agricultura Familiar, a Reforma Agrária e o desenvolvimento com sustentabilidade e inclusão no campo.

22 Ampliar e efetivar políticas, programas e ações para promover a igualdade para mulheres, negros, jovens, LGBTQI e migrantes.



AÇÕES NAS FÁBRICAS

NENHUM DIREITO A MENOS!

Trabalhadores da SERRAS SATURNO acampados pelos direitos



Os trabalhadores da fábrica de serras da **zona norte** estão acampados na empresa desde segunda-feira passada, buscando receber os salários atrasados há dois meses, entre outros direitos. O diretor Curió e sua equipe estão com os trabalhadores e, nesta quarta, contaram com o apoio do diretor Ceará e sua equipe na assembleia que decidiu manter o acampamento e aguardar o resultado da audiência marcada para hoje à tarde, no Tribunal.

LOPSA (zona leste)

Trabalhadores decidiram, em assembleia com diretor Adriano Lateri e equipe, que não haverá trabalho nos dias dos jogos do Brasil na Copa e discutiram, também,

conjuntura econômica e política, reforma trabalhista e a importância de ter um sindicato forte com mais trabalhadores sindicalizados e participando das ações sindicais.



GERDAL (zona sul)

Diretor Nivaldo e equipe realizaram assembleia na empresa pra informar sobre a negociação da PLR, falar da importância dos trabalhadores se sindicalizarem e o quanto

isso fortalece as lutas da categoria. Diretor e equipe também entregaram material do Sindicato aos trabalhadores e falaram dos benefícios oferecidos pela entidade aos associados.



GIUSTI (zona leste)

Equipe do diretor Donizeti comandou assembleia que rejeitou a proposta de PLR da empresa e discutiu sobre o atraso dos depósitos do FGTS. Eles querem nova reunião com a empresa.



ELVI COZINHA INDUSTRIAL (zona sul)

Em assembleia com diretor Mala e equipe, os trabalhadores mostraram que estão mobilizados para a negociação do acordo de PLR.

METALMAG (zona sul)

Diretor Zê Silva e equipe explicam para os trabalhadores a importância de ter um sindicato forte, que defende a categoria, e assembleia aprova as ações do Sindicato em defesa dos direitos.



PANMETAL (zona sul)

A empresa anunciou que vai transferir parte da sua produção para São José dos Campos e o diretor Mala e equipe estão discutindo a situação com os trabalhadores.

Segundo o diretor, a mudança é uma exigência da Embraer, o maior cliente da Pan, que fabrica peças para avião. A empresa já informou que quer levar parte dos funcionários e vem conversando com o diretor e a comissão um pacote de benefícios tanto para os que acompanharem a empresa quanto para os que ficarem.



TECGRAF COMP. ELETRÔNICOS (zona leste)

Os 15 trabalhadores da empresa ouvem as orientações da equipe do diretor Uélio sobre a

importância dos direitos trabalhistas e da luta da categoria contra a aplicação da reforma trabalhista pelas empresas.



RITTAL (zona oeste)

Diretor Erlon e equipe em assembleia de aprovação do aumento do valor do vale-refeição e do vale-alimentação a partir deste mês de junho.

A LUTA FAZ A LEI!



AÇÕES NAS FÁBRICAS

NENHUM DIREITO A MENOS!



YADOIA FURADEIRAS (zona norte)

Em assembleia com os trabalhadores, diretor Chico Pança e equipe comunicam que o presidente do

Sindicato, Miguel Torres, assumiu também a presidência da Força Sindical e falam da importância de cada um participar das eleições deste ano e votar com consciência em defesa de um Brasil melhor.



ESTILO ÚNICO (zona sul)

Diretor Nivaldo e equipe entregaram carteirinhas de sócio para trabalhadores da empresa. Lá, segundo o diretor, ninguém era sindicalizado. O presidente

do Sindicato, Miguel Torres, reforça que a ação fortalece o trabalho sindical porque o trabalhador passa a ter uma participação mais expressiva nas lutas em defesa de seus direitos e usufrui os benefícios oferecidos pela entidade.

AÇÕES NAS FÁBRICAS

ACORDOS DE PLR



CLIP VAC (zona oeste)

Trabalhadores reunidos com a equipe do diretor Sales aprovam o acordo da PLR 2018 com pagamento das parcelas em julho e dezembro de 2018 e repudiam as reformas

trabalhista e previdenciária, a terceirização sem limites e pedem a tabela da correção do Imposto de Renda, defasada em mais de 35%, considerando-se somente o período de janeiro de 2003 a dezembro de 2017, segundo o Dieese, Sindifisco e Ipea.



MULTI JUNTAS E ROYAL (zona leste)

Em assembleia com diretor Josias e equipe,

trabalhadores comemoram a conquista do reajuste da cesta básica, de R\$ 100 para R\$ 130, e aprovam a proposta de acordo da PLR, com pagamento das parcelas em outubro próximo e abril de 2019.

NOTA DO SINDICATO SOBRE A MANUTENÇÃO DA SELIC

A decisão do Copom de manter a taxa de juros Selic em 6,5% ao ano não ajudará a reduzir as taxas dos empréstimos bancários tão necessários para os investimentos do setor produtivo e para as pessoas físicas, que já estão atoladas em dívidas.

A inflação está baixa - 1,76% (INPC) nos últimos 12 meses. A taxa de 6,5% ao ano representa um juro real e proibitivo em torno de 4 p.p e mantém o Brasil na contramão da retomada do crescimento.

O movimento sindical e a classe trabalhadora não esperavam uma decisão otimista do governo em relação aos juros, mas vão continuar lutando por medidas que realmente apontem para o reaquecimento da economia com mais produção e geração de emprego e renda.

MIGUEL TORRES

Presidente do Sindicato, da CNTM e da Força Sindical



DE OLHO

VENDA DO PRÉ-SAL - 1

A FUP informou que seus sindicatos estão mobilizados para impedir novo saque contra a Petrobras e o Estado brasileiro e que repudia o projeto (PL 8.939/17) que permite a venda de até 70% das reservas do pré-sal (cessão onerosa) para as multinacionais.

Segundo a FUP, "o Estado brasileiro está prestes a sofrer mais um crime de lesa-pátria". "Enquanto o povo está às voltas com a Copa do Mundo, os mesmos parlamentares que orquestraram o impeachment e que flexibilizaram a Lei de Partilha para tirar da Petrobras a função de operadora exclusiva do pré-sal voltam a atacar a soberania nacional com mais este assalto ao patrimônio público".

VENDA DO PRÉ-SAL - 2

Os deputados já aprovaram o requerimento de urgência urgentíssima para o Projeto de Lei 8.939/17, do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA). Calculando um prejuízo que beira meio trilhão de reais (R\$ 500 bi), o engenheiro Paulo César Ribeiro Lima, especialista em Minas e Energia, denuncia que a aprovação de substitutivo ao PL 8.939/17 pode significar para a União uma perda equivalente a quase 4 vezes o que o governo federal destinou este ano para a saúde. "O Brasil está prestes a ser roubado", denuncia.

